

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.702 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2003



Gerardo Magela

## Comissão aprova o primeiro ministro negro para o STF

Por unanimidade, os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovaram ontem a indicação do procurador Joaquim Benedito Barbosa Gomes para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 3

O senador Romeu Tuma (E), o diretor-geral Agaciel Maia (C) e André Yzay, do iBest

## Senado recebe Prêmio iBest de melhor “site”

A página do Senado na Internet foi eleita a melhor na categoria política pelo júri do Prêmio iBest. Ontem, a premiação foi entregue ao 1º secretário, Romeu Tuma, em cerimônia no Salão Nobre, com a presença da senadora Serys Slhessarenko.

PÁGINA 6



Roosevelt Pinheiro

Plenário aprovou cinco medidas provisórias que estavam bloqueando a pauta



José Cruz

Durante a sabatina, Barbosa Gomes (C) afirmou que política de cotas não é a única solução para garantir igualdade de oportunidades

## Plenário faz mudanças na MP do Refis

Isenção de IPI na compra de carro deve ser ampliada

Cooperativas terão novas regras para cálculo de PIS e Cofins

Compensação de débito tributário sai do Código Civil

PÁGINAS 4 E 5

## Delegado diz que remessas ilegais chegam a US\$ 30 bilhões

PÁGINA 8

## Valmir Amaral quer PRF em todas rodovias

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em todas as rodovias do país. Pela atual legislação, o patrulhamento ostensivo só é feito em rodovias federais. Em sua justificativa, o senador enfatiza que, ao atuar em rodovias estaduais, distritais e municipais, a PRF estará atuando em casos de interesse nacional, como a repressão ao narcotráfico e ao contrabando. Com a alteração, acrescenta Valmir Amaral, "a União estará cumprindo sua aptidão natural de realizar as ações de interesse da República". A PEC aguarda designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

# Mão Santa elogia escolha de piauiense para a Codevasf

Francisco Guedes toma posse como presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

O senador Mão Santa (PMDB-PI) parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação do engenheiro agrônomo piauiense Francisco Guedes para presidir a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A posse ocorreu ontem de manhã, em solenidade presidida pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

A Codevasf foi criada em 1974 com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do Vale do São Francisco. No ano 2000, a partir de projeto apresentado pelo então senador piauiense Freitas Neto, a companhia passou a atuar também no Vale do Rio Parnaíba.

Presente em Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Piauí e parte do Distrito Federal, a Codevasf, coordenada por um



Mão Santa ressaltou a importância da indicação e disse que novo presidente poderá ajudar no desenvolvimento do Piauí e do Maranhão

piauiense, poderá, na opinião de Mão Santa, incentivar o desenvolvimento do Vale do Parnaíba, irrigando o platô de Guadalupe (PI), os tabuleiros (*planalto pouco elevado e de vegetação ras-*

*teira*) de São Bernardo (MA) e os tabuleiros litorâneos do Piauí. Ele comentou que, se isso for feito, em pouco tempo a região poderá transformar-se em pólo importante de fruticultura.

## Simon defende agência de desenvolvimento no Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) questionou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, durante audiência pública realizada terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), acerca da adoção de projetos de desenvolvimento em benefício da metade sul e do extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, "regiões tão carentes de recursos federais quanto o Norte e o Nordeste do país".

Simon defendeu a criação de



Pedro Simon: Rio Grande do Sul também tem áreas carentes

uma agência de desenvolvimento para a Região Sul, nos moldes em que estão sendo recriadas as extintas Sudam e Sudene. O ministro, disse Simon, será convidado a debater o assunto no Rio Grande do Sul, para que possa sentir o problema de perto e verificar a necessidade de se estimular um novo ciclo de desenvolvimento na região.

O novo formato da Sudam e Sudene deverá surgir dos estudos de um grupo de trabalho reunindo técnicos de quatro ministérios.

## Senado transmite audiência com integrantes do PCC

O Senado transmite hoje, a partir das 9h, no edifício-sede do Interlegis, uma videoconferência dos depoimentos de 14 membros da facção criminosa denominada PCC (Primeiro Comando da Capital). A audiência será realizada no Fórum Criminal de São Paulo, mas os acusados estarão em locais diferentes: 11 deles vão depor a partir da Penitenciária de Presidente Bernardes (SP) e outros três do Centro de Detenção Provisória de Belém (PA). Todos são acusados de formação de quadrilha. No fórum estarão quatro testemunhas de acusação, sendo três policiais e um ex-líder do PCC, José Márcio Felício, o Geleirão.

Em Brasília, os depoimentos vão ser acompanhados por senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho.

Ao interligar quatro locais diferentes, o sistema de videoconferência permitirá que o interrogatório de réus e testemunhas seja realizado sem o deslocamento dos envolvidos. Dois projetos de lei regulamentando a videoconferência, encaminhados pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR), estão tramitando no Senado.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO
14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLV nº 7/03 (MP nº103/03), dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios.
COMISSÕES
10h - Comissão de Assuntos Sociais Pauta: Aviso nº 34/02, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 414/02 do TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional, realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), no âmbito do período de extensão da Fase I do Projeto de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido; PLC nº 5/03, concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870/94, pelas agroindústrias; PLC nº 35/02, dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatística de óbitos em hospitais públicos e privados; PLS nº 154/02, altera o artigo 143, da Lei nº 8.213/91, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais; PLS nº 190/02, acrescenta artigo 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam desconto dos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos; PLS nº 287/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 569/99), dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de 60 anos, determina o desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos; PLS nº 26/03, altera o Decreto-Lei nº 986/69, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos; PLS nº 166/02, altera a Lei nº 7.998/90, para estender aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão de vale-transporte; e PLC nº 21/01, dispõe sobre a indenização por inadequada conservação de vias a que se refere o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). Pauta-Extra: eleição do presidente da comissão Local: Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19
10h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: Avisos, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de decisão, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores, nas embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok, Nova Délhi, Jacarta e Seul; PLS nº 556/99; altera o artigo 3º da Lei nº 8.239/91, que regulamenta o artigo 143, parágrafos 1º e 2º da Constituição federal, que dispõem sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório; PLC nº 14/03, estabelece multa em operações de importação; Mensagens submetendo à apreciação do Senado os nomes de José Augusto Lindgren Alves e César de Faria Domingues Moreira, para exercerem, respectivamente, o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Macedônia e à da Islândia; e Requerimentos do senador Arthur Virgílio solicitando a expedição de convites aos ministros da Defesa, José Viegas Neto, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para debaterem o reaparelhamento das Forças Armadas; e ao ministro da Relações Exteriores, Celso Amorim, e aos dois

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

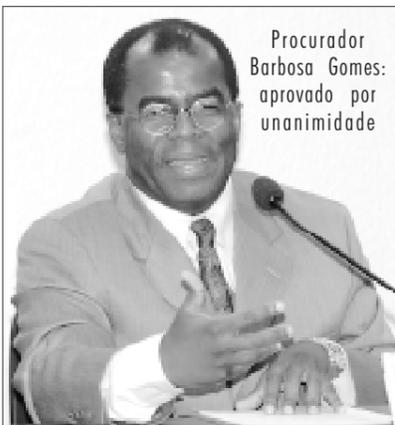
## REUNIÃO HISTÓRICA

## CCJ aprova primeiro ministro negro para o Supremo

O procurador Joaquim Benedito Barbosa Gomes deverá ser o primeiro negro a ocupar uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Sua indicação recebeu ontem, por unanimidade, parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue agora para o Plenário.

Mineiro de Paracatu, com 48 anos, integrante do Ministério Público Federal desde 1984 e atuando na Procuradoria Regional da República do Rio de Janeiro, Barbosa Gomes foi aplaudido de pé após o anúncio do resultado. Todos os senadores presentes à sabatina consideraram histórica a reunião da CCJ.

O relator da indicação, senador César Borges (PFL-BA), ressaltou a formação acadêmica e a contribuição intelectual de Barbosa Gomes para o Supremo, tanto no campo do Direito Constitucional quanto no do Direito Administrativo. Segundo o relator, os méritos de Barbosa Gomes são ainda mais acentuados pelas barreiras que teve de superar para chegar a essa indicação para o Supremo.



Procurador  
Barbosa Gomes:  
aprovado por  
unanimidade

tos públicos do nosso país e do exterior". Barbosa Gomes é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com mestrado e doutorado pela Universidade de Paris.

Barbosa Gomes mudou-se aos 16 anos para Brasília, onde completou o segundo grau em colégio público. Foi gráfico em jornais de Brasília e no Senado Federal. Ele disse na CCJ que sua passagem de três anos pelo Senado foi como ter sido premiado na loteria, porque pôde, no turno que trabalhava, das 23h às 6h, ler discursos que influenciaram sua vida, mencionando os ex-senadores Paulo Brossard, Afonso Arinos, Jarbas Passarinho e Itamar Franco, além do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). "Foi fundamental para a minha formação", avaliou.

No relatório, César Borges ressaltou a fluência do indicado em idiomas como francês, alemão e inglês e sua vasta experiência acadêmica, destacando a de professor-visitante nas universidades norte-americanas da Califórnia e de Colúmbia e professor-adjunto de Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

— Todos esperamos que isso seja um divisor de águas de um Brasil arcaico, atrasado nos valores relacionais, para um Brasil moderno, capaz de garantir a igualdade de oportunidades para seus filhos — afirmou.

César Borges chamou a atenção para a função estratégica das políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades e garantir a inclusão social, por intermédio da garantia de serviços gratuitos, de qualidade e universais. Considerou que a formação de Barbosa Gomes é um exemplo de que isso é possível. O seu currículo educacional, observou, é "inteiramente traçado através de estabelecimen-

## Para procurador, controle externo não deve ser tabu

O controle externo do Judiciário não pode ser visto como tabu e é um mecanismo exercitado pelas grandes democracias do mundo, segundo o indicado ao Supremo Tribunal Federal, Jo-

aquim Benedito Barbosa Gomes. Ao responder aos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), João Capiberibe (PSB-AP) e Hélio Costa (PMDB-MG), o procurador disse que os Estados Unidos possuem um órgão de controle externo composto por magistrados.

Ele lembrou decisão de se criar nos EUA um organismo independente para estabelecer critérios à fixação de penas, devido à discrepância nas sentenças judiciais para os mesmos crimes. "Para nós, brasileiros, isso seria inadmissível", disse Barbosa Gomes, lembrando que um órgão de controle externo para o Judiciário deve preservar a função jurisdicional.

Para o procurador, a queixa constitucional, presente no Direito alemão, que permite ao cidadão

ir diretamente à Corte Suprema, ainda é inviável no Brasil devido à avalanche de processos, 90 mil por ano, que o STF recebe. Mas se disse favorável desde que o Supremo seja aliviado de ações que não tenham peso condizente com a importância da Corte. E lembrou que na Alemanha existe uma comissão que faz a triagem dos processos.

Barbosa Gomes disse ao senador Romero Jucá (PMDB-RR) que o Ministério Público vem desempenhando um papel muito importante no controle dos gastos públicos e no exercício das competências administrativas, contribuindo para o avanço da responsabilidade fiscal no país.

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), emocionado, lembrou a luta de expoentes do mo-

vimento negro, como o ex-senador Abdias Nascimento, e o fato de o atual governo possuir quatro ministros negros e a trajetória política que o conduziu ao Senado. "Diziam-me que era uma Casa conservadora. O Senado não é uma Casa conservadora", declarou.

O senador José Maranhão (PMDB-PB), que presidiu os trabalhos finais da CCJ, disse que a discriminação no Brasil ocorre não só em relação às minorias étnicas e não é só racial, lembrando o que acontece com os migrantes nordestinos. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), salientou que, durante sua passagem pelo Ministério da Justiça, contou com a bravura, o destemor e a competência do procurador Barbosa Gomes.

## Política de cotas não é a única solução, afirma Barbosa Gomes

Na opinião do indicado a ministro do STF Joaquim Benedito Barbosa Gomes, a chamada política de cotas — que reserva percentual de vagas para pessoas afro-descendentes em órgãos e universidades públicas — é uma das formas de combater as desigualdades sociais, mas não a única, e deveria ser admitida em situações extremas.

— A política de cotas é uma medida bastante heterodoxa, mas é admissível nos casos em que as desigualdades são flagrantes, como em situações de bloqueio à educação, especialmente para formação de profissionais de prestígio, como a advocacia, a medicina etc. De maneira geral, no entanto, defendendo medidas mais sutis e inteligentes, discutidas pelo Congres-



Demostenes Torres

Tião Viano

so Nacional e que utilizem os instrumentos que o Estado possui na Constituição — declarou.

Ele concordou com a posição do senador Demostenes Torres (PFL-GO), de que não devem ser adotadas as "cotas cegas", que acabam por não ter efeito concreto no combate à discriminação.

O líder do PT, senador Tião Viano (AC), afirmou que a indicação de Joaquim Barbosa Gomes demonstra o compromisso ético que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem com a questão social.

## Indicado responde a perguntas polêmicas dos senadores

Diversos senadores, entre eles o presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), manifestaram sua admiração pelo candidato, aplaudindo as recentes indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o STF. Falando pelo PFL, o senador Paulo Octávio (DF) elogiou a indicação de Barbosa Gomes. Os membros da CCJ questionaram Barbosa Gomes sobre várias questões polêmicas.

● Trabalho infanto-juvenil: em resposta a Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Barbosa Gomes falou que considerava difícil responder, pelo fato de ter trabalhado e estudado desde os 12 anos de idade. "Apesar de haver amadurecido com isso e de contar isso como um trunfo, acho que o ideal seria que todos pudessem percorrer as etapas do processo evolutivo de maneira regular."

● Aposentadoria compulsória aos 70 anos: sobre a dúvida levantada por Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o sabatinado opinou pela manutenção desse limite, pois a elevação para 75 anos poderia fechar as portas do mercado de trabalho aos mais jovens. Ele também declarou que não concordava com a manutenção de um ministro no Supremo por mais de 30



Paulo Octavio

Edison Lobão

ou 40 anos na função, defendendo, inclusive, um mandato para o cargo.

● Agências reguladoras: em resposta a Sérgio Cabral, disse que aprecia o formato das agências reguladoras, pelo fato de elas acompanharem as mudanças da sociedade. Ao dizer que as agências apresentam um "déficit democrático", admitiu mudança no processo de escolha dos diretores, talvez passando pelo crivo popular.

● Lula: a Eduardo Suplicy (PT-SP), o procurador afirmou considerar que a eleição de Lula tem um significado histórico de mudança e "como primeiro caso de real alternância de poder no Brasil".



Juvêncio da Fonseca

Eduardo Suplicy



João Capiberibe



Hélio Costa



Romero Jucá



Renan Calheiros

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

# Plenário aprova novas regras para o Refis

Depois de mais de duas horas de debates, o Senado aprovou ontem novas regras para o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que permite às empresas parcelar seus débitos junto à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda e ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os senadores aprovaram o relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com alterações ao texto da Câmara, que agora retorna para nova análise pelos deputados.

O relator explicou algumas das alterações no projeto aprovado na Câmara e a manutenção de outros pontos propostos pelos deputados. Ele disse que as novas regras do Refis deverão estimular a adesão de empresas ao programa, tendo em vista o interesse público.

— As empresas precisam saber que honrar as suas obrigações é o melhor caminho — defendeu.

O texto original da medida provisória (MP) fixava em 3% sobre o faturamento da empresa o limite mínimo de comprometimento com endividamento ou a divisão do débito em 96 meses, o que fosse mais vantajoso para o fisco. O Senado acatou a alteração da Câmara dos Deputados, que passou o prazo para 180 meses. Além disso, reduziu o comprometimento para 1,5%, facultando às empresas que se enquadrem nesse caso pagar seus débitos em 120 meses.

O Senado também concordou com a retirada, pelos deputados, do dispositivo que obriga as empresas a pagarem 20% dos débitos para poderem aderir ao programa. Esse dispositivo, explicou Mercadante, impedia a participação de muitas empresas. Outra mudança é a troca da taxa Selic pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como fator de correção dos débitos.

Mercadante negou que o aumento de 12% para 32% na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) represente aumento da carga tributária, argumentando que é uma forma de preencher uma lacuna que permite a elisão fiscal. A idéia, disse, é desestimular a constituição artificial de microempresas, que, na verdade, mascaram relações trabalhistas. Assim, sustenta Mercadante, o texto busca a isonomia entre a assalariados e autônomos, que atualmente acabam pagando menos impostos.



O líder do Governo, Aloizio Mercadante (D), foi o relator da MP e disse que regras querem estimular empresas a honrar obrigações com o fisco

## Senadores divergem sobre aumento da carga tributária

O debate contou com a participação de 18 senadores para a aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória (MP) nº 107, que regulamenta o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e permitirá que empresas renegociem suas dívidas com a Receita Federal e com a Previdência Social. Os senadores foram unânimes ao elogiar a capacidade de negociação do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), mas não deixaram de se queixar do aumento da carga tributária, do esvaziamento do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério da Assistência e Promoção Social.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) agradeceu a solução dada à questão do parque industrial de Manaus, mantendo isenções fiscais. Para ele, foi mantida a bandeira nacional sobre a região amazônica. Já para o senador José Agripino (PFL-RN), “aconteceu o que foi possível: vão-se os anéis, ficam os dedos”.

O senador Flávio Arns (PT-PR) protestou contra o que chamou de “um golpe extremamente duro no movimento social do Brasil”. A supressão do artigo 21 da MP 107 retira a decisão sobre a aplicação dos recursos do Ministério da As-

sistência e Promoção Social e passa para o Ministério da Previdência. “Se eu fosse ministro, me demitiria do cargo”, afirmou. Ele contou com a solidariedade de Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

### BANCOS

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saíram em defesa do parecer de Aloizio Mercadante, lembrando que os bancos pagam menos impostos, apesar dos lucros gigantescos. Ideli lembrou que empresários estavam praticando uma “malandragem”, deixando de recolher R\$ 500 milhões de impostos enquanto aguardavam a aprovação do novo Refis. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que estava “envergo-

nhada diante dessa MP” e deixou o Plenário.

Renan Calheiros (PMDB-AL), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltaram o trabalho para chegar à proposta final. “Se não conseguimos mais, conseguimos uma boa parcela e melhoramentos em relação ao projeto da Câmara dos Deputados”, afirmou Suassuna. Demostenes Torres (PFL-GO) elogiou a inclusão do refinanciamento de débitos históricos de municípios junto ao INSS.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apoiou a inclusão dos corretores de seguros no Refis. José Jorge (PFL-PE) defendeu as escolas do interior, que foram equiparadas às escolas das capitais com imposto uniforme. Os senadores Jorge Bornhausen

(PFL-SC) e Efraim Morais (PFL-PB) condenaram o aumento da carga tributária, especialmente no setor de serviços. “Não é possível que o Congresso Nacional penalize aqueles que geram emprego. O país está caminhando para uma recessão”, alertou Bornhausen.

Mercadante prometeu procurar uma saída para a questão envolvendo o Ministério da Assistência e Promoção Social. Em relação às queixas de aumento na carga tributária, o senador disse que se trata de oposição ideológica. Segundo ele, os argumentos são precários porque todos os países têm uma carga de impostos indiretos e a sua proposta bloqueia um mecanismo de elisão fiscal que permite a pessoas físicas se transformarem em pessoas jurídicas e pagar muito menos impostos.



Arthur Virgílio, Jorge Bornhausen e Amir Lando participam dos debates sobre efeitos da medida provisória

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

## Senado amplia alcance de isenção do IPI

O Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 94, que amplia o alcance da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis. O relator da medida no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), inclui entre os beneficiários da isenção pessoas portadoras de deficiência mental e autistas. O texto da Câmara dos Deputados beneficiaria apenas taxistas e portadores de deficiência física e visual. A MP retorna à Câmara.

— É uma medida de respeito à cidadania, às pessoas portadoras de deficiência mental e aos autistas, que dependem de outras pessoas para se locomoverem — justificou o relator.

O texto votado na Câmara e aprovado agora pelo Senado permite que a isenção de IPI seja renovada a cada três anos — a legislação atual determina que isso se dê apenas uma vez.

— O requisito unicamente do interstício temporal é a maneira mais indicada de condicionar a isenção, a fim de que não haja abusos que desvirtuariam sua finalidade social — alegou Tasso.



Geraldo Magalo

Tasso Jereissati incluiu entre beneficiários os portadores de deficiência mental e autistas



Roosevelt Pinheiro

Osmar Dias elogiou decisão de prorrogar prazo para concessão do incentivo fiscal

Elogiaram a ampliação da isenção do IPI os senadores José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Osmar Dias (PDT-PR), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flávio Arns (PT-PR).

Na avaliação do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), a possibilidade de os taxistas comprarem carros novos a cada três anos com isenção de IPI beneficia não apenas os profissionais, mas os usuários, dada a melhoria na qualidade da frota, e as indústrias, que aumentarão as vendas.

A MP reabre até 2006 o prazo para que os municípios que tiveram suas dívidas renegociadas com a União contratem novos financiamentos com organismos internacionais de fomento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal.

O dispositivo, mantido pelo relator, foi elogiado por Luiz Otávio (PMDB-PA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para a senadora, a medida permitirá que os municípios retomem seus investimentos.

## Mudança no Código Civil vai à promulgação

A Medida Provisória nº 101, que revoga o artigo 374 do Código Civil, que trata das compensações de débitos tributários, também foi aprovada ontem pelos senadores.

Como a proposição já recebeu a aprovação da Câmara dos Deputados, será remetida à promul-

gação. O relator da MP, senador Amir Lando (PMDB-RO), observou que matéria tributária somente pode ser tratada em legislação complementar, o que não é o caso do Código Civil.

— Estipula a Constituição federal que cabe à lei complementar

estabelecer normas gerais sobre matéria tributária. O Código Civil rege as relações de direito privado e não de direito público, como é o caso do direito tributário.

A MP foi assinada no início do ano, pouco antes de o código entrar em vigor.

## Aprovadas novas regras para a Cofins

Após ser aprovada pelo Plenário do Senado, ontem, segue para promulgação a Medida Provisória nº 101, que dispõe sobre contribuições devidas pelas sociedades cooperativas em geral para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Pela medida provisória, essas entidades também poderão excluir da base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as sobras apuradas na demonstração de resultado do exercício, antes da destinação para a constituição do fundo de reserva e do fundo de assistência técnica,



Roosevelt Pinheiro

Efraim Morais destaca que medida beneficia as cooperativas

educacional e social.

As sobras líquidas da destinação para constituir os referidos fundos somente serão computadas na receita bruta da atividade rural do cooperado quando a este creditadas, distribuídas ou capitalizadas pela sociedade coopera-

tiva de produção agropecuária. Quanto às demais sociedades cooperativas, a exclusão ficará limitada aos valores destinados à formação de ambos os fundos.

## AGROINDÚSTRIA

No parecer oferecido à matéria em Plenário, o senador Efraim Morais (PFL-PB) ressaltou os benefícios propiciados às cooperativas, notadamente as agropecuárias, responsáveis por parcela considerável das exportações e pelo crescimento da agroindústria. As disposições constantes da MP alcançam os fatos geradores ocorridos a partir da vigência da Medida Provisória nº 1.858-10, de 26 de outubro de 1999.

## Valmir Amaral elogia Sebrae por Feira do Empreendedor

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou a importância da Feira do Empreendedor, organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no estímulo e promoção de novos negócios no Brasil, capazes de gerar emprego e renda. A edição de 2003 do evento começa hoje, em Brasília, e vai até o próximo dia 25. As capitais São Luís, Rio Branco, Porto Alegre, Palmas, João Pessoa e Vitória também serão sedes da feira, até o fim do ano. Realizada desde 1994 em todo o país, a Feira do Empreendedor, afirmou o senador, é um acontecimento que concentra negócios, investimentos, informações e orientações técnicas, funcionando como um disseminador de oportunidades. Sua realização, frisou, indica a sintonia do Sebrae com as aspirações dos brasileiros. Ele citou enquete do instituto internacional Monitor Global de Empreendedorismo, a qual revelou que um em cada dez brasileiros tem a sua empresa,



Célio Azevedo

Valmir Amaral destacou interesse dos brasileiros em iniciar seu próprio negócio

formal ou informal, e oito em cada dez desejam iniciar seu próprio negócio.

Em Brasília, segundo Valmir Amaral, o foco da feira é o fomento e a diversificação da atividade econômica do DF e do Entorno, proporcionando o contato direto entre empresários e fornecedores de produtos, serviços e franquias. No evento, micro e pequenos empresários, assim como pretendentes, podem conhecer linhas de crédito disponíveis no mercado para seu tipo de negócio.

## Zambiasi defende segundo turno em município menor

Proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo obrigatoriedade da realização de eleições em dois turnos nos municípios com mais de 100 mil eleitores foi apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em defesa da “consolidação da democracia

substantiva e não apenas formal, entre os brasileiros”. A atual legislação determina segundo turno em municípios com mais de 200 mil eleitores.

Para o senador gaúcho, os efeitos de uma eleição majoritária só podem ser garantidos por meio da segunda votação. Isso representaria, ao candidato vencedor, o apoio da maioria, e não de uma parcela do eleitorado.

— A instituição do segundo turno é um dos mais significativos acertos na legislação constitucional atual. Ele impede que um resultado tipicamente proporcional seja tomado como majoritário. Por conseguinte, é uma das mais importantes garantias da governabilidade entre nós — justifica Zambiasi.

O senador José Maranhão (PMDB-PB) foi designado relator da matéria, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Roosevelt Pinheiro

Para Zambiasi, medida vai em defesa “da democracia substantiva e não apenas formal”

# Senado recebe o Prêmio iBest de melhor "site" na categoria política

Cerca de 17 mil pessoas visitam, diariamente, página da Casa na Internet, que noticia, em tempo real, todas as deliberações e pronunciamentos no Plenário e nas comissões

O Prêmio iBest 2003 de melhor site brasileiro na categoria política concedido ao Senado foi entregue ontem ao 1º secretário da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), em cerimônia no Salão Nobre. O ato contou com a participação do vice-presidente de marketing e vendas do iBest, André Izay, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), do responsável pela homepage do Senado, João Luiz Paulucio, e do diretor-geral, Agaciel Maia.

Na Internet desde 1996, o site do Senado tem média de acesso diá-

ria de 17 mil pessoas, segundo Paulucio. No ano passado, a página já havia sido classificada entre as três melhores da categoria.

— A página do Senado merece o prêmio porque ela, além de oferecer a notícia a respeito do que acontece na Casa diariamente, tem uma quantidade imensa de fontes pesquisáveis, projetos de lei e outras coisas. Isso tudo faz do Senado um dos maiores fornecedores de informações entre os parlamentos mundiais — afirmou. Na página, o internauta pode acompanhar diariamente, em

tempo real, as sessões do Plenário e as reuniões das comissões.

— Lançado há oito anos, o prêmio é uma iniciativa da iBest S.A. e se destina a apontar, mediante votações popular e de júri oficial (Academias iBest), os melhores websites, peças on-line e outras áreas de publicidade, produção, tecnologia e profissões relacionadas ao mercado



de Internet no Brasil. No mundo inteiro, são mais de 3 milhões de usuários cadastrados no iBest.

## Exposição na bienal mostra a história do Palácio Monroe

O estande do Senado na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro montou uma exposição sobre a história do Palácio Monroe. Sede da Casa entre 1925 e 1960, quando a capital foi transferida para Brasília, o palácio se destacava na arquitetura do Rio, até ser demolido, por decisão do governo federal que provocou reações da população.

Na exposição, o visitante da bienal fica sabendo que o projeto do edifício, de autoria do coronel Francisco de Souza Aguiar, participou, juntamente com outros projetos de arquitetura e engenharia de 50 países, de concurso na Exposição Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos, onde recebeu a medalha de ouro.

A inauguração do prédio ocorreu em 23 de julho de 1906, quando da abertura da 3ª Conferência Pan-Americana, com um discurso do Barão do Rio Branco. Foi ele quem batizou o edifício de Palácio Monroe, em homenagem ao diplomata norte-americano James Monroe.

Até a instalação definitiva do Senado no palácio, em 1925, o Monroe sediou diversas instituições, inclusive a Câmara dos De-

putados, em 1914. Com a transferência do Senado para Brasília, o edifício passou a ser ocupado pelo Estado-Maior das Forças Armadas até que, em 1975, o governo federal decidiu pela demolição do imóvel.

Em correspondência datada de 9 de outubro daquele ano, o então ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, comunicava ao ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, a autorização dada pelo presiden-

te da República, Ernesto Geisel, para a demolição do prédio e consequente utilização do logradouro público para outros fins.

## Livro de Sérgio Cabral informa sobre direitos da terceira idade

Os três senadores do Rio de Janeiro vão lançar na 11ª Bienal Internacional do Livro publicações de sua autoria. Hoje, o senador Sérgio Cabral (PMDB) apresenta a obra *Os Direitos da Terceira Idade*, que reúne leis e propostas determinando responsabilidades do Estado com relação aos mais velhos.

O livro, de 102 páginas, traz o texto do projeto de lei que o senador apresentou este ano instituindo o Estatuto do Idoso.

Amanhã, o senador Roberto Saturnino (PT) autografa a obra *Atividade Parlamentar 2002/2003* e nova edição da revista *Vertente Socialista*. No sábado, o senador Marcelo Crivella (PL) fará o lançamento do livro *Um Sonho que se Tornou Realidade*, sobre trabalho assistencial desenvolvido por ele no Nordeste.



Sérgio Cabral propôs Estatuto do Idoso



Quem visita o estande também pode adquirir obras editadas pelo Senado

## Jornalista destaca qualidade de obras vendidas no estande

O trabalho da Comissão Especial de Feiras de Livros, do Senado, recebeu, ontem, elogios do colunista Artur Xexéo, de *O Globo* e da revista *Época*, entre outras publicações. Em seu artigo no jornal carioca, ele se diz "feliz da vida" por sua passagem pelo estande do Senado na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

O jornalista observa no artigo que, apesar da beleza dos estandes montados pelas grandes editoras, os livros encontrados nesses locais muitas vezes também podem ser vistos nas grandes livrarias da cidade. No estande do Senado, comparou, podem ser adquiridas obras raras como *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu, ou *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, de Luís Edmundo.

— A nota do colunista ilustra de maneira contundente a força da participação do Senado em eventos literários — avaliou o coordenador da comissão especial que organiza a participação da Casa em eventos literários e diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa.

A atuação da Casa em feiras de livros tem recebido aprovação do público, como atestam pesquisas junto a visitantes.

## Mestrinho quer revisão da MP sobre florestas

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu ontem a revisão da Medida Provisória nº 2.166, que incluiu no Código Florestal a obrigatoriedade de que 80% de cada propriedade na região amazônica permaneçam intocados. A medida, na avaliação do senador, é fruto da pressão de grupos estrangeiros, interessados em frear o desenvolvimento da região.

— Esse conceito doloso de preservação tem contribuído apenas para perpetuar a miséria e impedir que populações inteiras tenham acesso aos benefícios e conquistas da Humanidade. Apesar de termos um território com 544 milhões de hectares de floresta, nossa participação no mercado mundial de produtos florestais não passa de 2%.

Mestrinho entende que a questão florestal deve ser gerenciada pelo Ministério da Agricultura, e não pelo do Meio Ambiente, como ocorre atualmente.

Outra mudança defendida pelo senador refere-se ao mecanismo de concessão de certificações para os produtos florestais. "Recomendamos as certificações de qualidade em detrimento das certificações de origem, e que essa deve ser uma decisão empresarial e não uma imposição governamental — disse.

Em aparte, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) discordou de algumas propostas defendidas por Mestrinho. Ela afirmou que é preciso defender um modelo de exploração que inclua desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Um exemplo disso, assinalou, é o que ocorre em determinadas áreas do Acre.



Gilberto Mestrinho defende ampliação de área destinada a plantio na região amazônica

# Valadares quer priorizar educação no Nordeste

Investimentos ajudam a combater disparidades regionais no país, segundo o senador. Ele ressalta que dos 17 milhões de analfabetos com mais de 15 anos, 26,2% se encontram no Nordeste, enquanto no Sul não passam de 7,6%

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) reivindicou prioridade nos investimentos em educação na Região Nordeste, estratégia sugerida para combater as disparidades regionais no país. Um termômetro desse desequilíbrio, conforme observou, é o índice de analfabetismo entre jovens e adultos. Dos 17 milhões de analfabetos com idade superior a 15 anos, o Censo Demográfico de 2000 revela que 26,2% estão no Nordeste, enquanto, no Sudeste e no Sul, esse indicador corresponde a 8,1% e 7,6%, respectivamente.

Tais discrepâncias também se configuram eloqüentes, segundo Valadares, quando o foco da análise se transfere aos estados. Ele lembrou que o Rio Grande do Sul

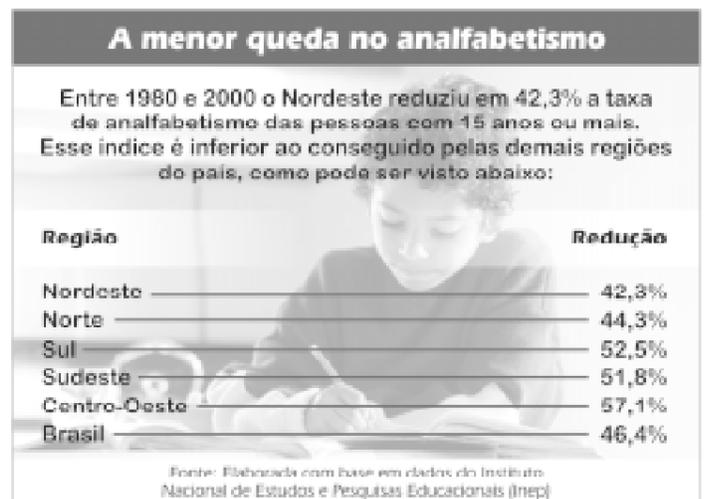


Valadares: sistemas de apoio aos estudantes apresentam diferenças perversas

tem 6,6% de analfabetos e Santa Catarina, 6,3%, enquanto o seu estado, Sergipe, tem 25,2%. Esse quadro de desigualdade se repete nos demais indicadores educacionais, como nível salarial e de formação de docentes e serviços de apoio ao ensino.

A publicação Geografia da Educação Brasileira 2001, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), evidencia, por exemplo, desnível expressivo no Nordeste entre a idade do estudante e a série cursada, informou o senador. Nessa região, 57,1% dos estudantes do ensino fundamental frequentam séries inadequadas à idade, percentual quase três vezes maior que o do Sul (21,6%).

Valadares informou que, enquanto no Nordeste o índice de docentes com formação superior no ensino fundamental é inferior a 30%, no Sudeste e no Sul alcança 66,6% e 64,9%, respectivamente. Se o salário médio dos professores na educação infantil era, em 1997, de R\$ 587 no Sudeste e R\$



465 no Sul, no Nordeste “mal chegava” a R\$ 195.

– Nos sistemas de apoio aos estudantes, as diferenças são igualmente perversas – assinalou.

Para ilustrar seu comentário, citou que 83,4% das escolas de ensino fundamental na Região Sul têm biblioteca, percentual que só chega a 35,2% no Nordeste.

## Pavan diz que “revolta” o levou a fazer discurso áspero

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) justificou que a revolta por ouvir integrantes do PMDB criticarem o governo Fernando Henrique Cardoso o levou a fazer um pronunciamento áspero no debate ocorrido em Plenário nessa terça-feira entre senadores do PSDB e do PMDB. Ele informou que o calor da discussão gerou constrangimento em Santa Catarina, onde os dois partidos estabeleceram uma coligação que elegeu o peemedebista Luiz Henrique para o governo do estado e o próprio Pavan para o Senado.

– Meu pronunciamento talvez tenha sido um pouco áspero, mas foi motivado pela revolta. Fui obrigado a pedir a palavra para defender o governo passado e até para aceitar algumas críticas, mas não



Leonel Pavan pede solução para rodovias em Santa Catarina

podia me calar diante do que estávamos ouvindo: o partido que foi companheiro do PSDB durante os oito anos do governo fazendo duras críticas à administração da qual participou – afirmou Leonel Pavan.

Ressaltando que suas afirmações no discurso de terça-feira não foram pessoais, Pavan disse que reconhece o direito do PMDB de passar a apoiar o governo Luiz

Inácio Lula da Silva, mas acrescentou que não concorda que o partido critique o governo Fernando Henrique como se não tivesse nenhum envolvimento com aquela administração.

Leonel Pavan destacou que, juntos no governo, PMDB e PSDB conseguiram vários avanços para o país, sobretudo na área social. Ele enumerou algumas iniciativas bem-sucedidas, como a diminuição da mortalidade infantil e da evasão escolar e o programa de combate à Aids.

O senador falou sobre a possibilidade, na composição que o PMDB está fazendo com o governo, de o partido ser contemplado com um ministério e citou como exemplo o dos Transportes. Ele disse que aplaudirá se isso ocorrer e acrescentou que reconhece a competência do partido.

### ESTRADAS

A situação precária das estradas no país também foi tema do pronunciamento de Pavan. Ele pediu solução para os problemas das rodovias BRs 282 e 470, que cortam o estado de Santa Catarina e por onde trafega quase toda a produção agrícola do estado.



Ramez Tebet (E) e David Samuels debatem temas como o financiamento público de campanhas eleitorais

## Tebet discute mudança política com brasilianista

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) recebeu ontem, em seu gabinete, o brasilianista David Samuels, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Minnesota (EUA), com quem conversou sobre a proposta de reforma política no país. Segundo o senador, que é um dos defensores da reforma, Samuels elogiou o sistema eleitoral de urnas eletrônicas adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, segundo o professor, “dá transparência ao processo eleitoral”.

Sobre as propostas em discussão para adotar o financiamento público das campanhas, tema principal da conversa com Ramez Tebet, o pesquisador disse que é muito difícil proibir a contribuição de pessoas físicas e jurídicas às campanhas eleitorais de qualquer país do mundo. Afirmou ain-

da que, embora as prestações de contas não revelem tudo sobre as contribuições eleitorais, elas não são totalmente falhas e valem para qualquer país. O professor norte-americano ponderou ainda que a mudança do sistema de contribuições de pessoas físicas e jurídicas para o modelo de financiamento público requer “fiscalização muito forte”.

Segundo relatou o senador, Samuels vem fazendo levantamentos sobre as últimas eleições no Brasil, com ênfase na questão dos custos e financiamentos das campanhas. Uma das conclusões a que chegou o pesquisador norte-americano é a de que as eleições no Brasil são muito caras. Ele apontou como um dos motivos desse alto custo a dimensão do país e a diversidade da economia.

## Almeida Lima anuncia proposta para reforma

O senador Almeida Lima (PDT-SE) comunicou que começará hoje a recolher assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição (PEC), “abrangente e profunda”, para reformar a estrutura organizacional e política do Estado brasileiro. Ele salientou que as assinaturas dos senadores e senadoras não significam concordância com o mérito da proposta, mas garantirão o início do trâmite da matéria no Senado.

Almeida Lima lembrou seu primeiro discurso no Senado, em 26 de fevereiro, quando já apontava a necessidade de o novo governo priorizar a reforma política.

– Eu esperava que o atual governo do PT fosse renovador, mas não é tarde. Espero que o governo assuma junto com o Congresso o dever de discutirmos a reforma política do Estado brasileiro, a descentralização da Federação e a reforma eleitoral. O Estado deve propiciar a felicidade do povo. Essa é a sua única missão – disse.



Almeida Lima: “Estado deve propiciar a felicidade do povo”

# Evasão de divisas alcança US\$ 30 bilhões

Delegado da Polícia Federal informa à Comissão de Fiscalização e Controle que já existe um “mapa” das operações irregulares envolvendo 1.600 donos de contas CC-5 na agência do Banestado em Nova York

A Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal já têm em mãos o mapa da evasão de divisas ocorrida nos últimos anos, que alcança a cifra de US\$ 30 bilhões e envolve 1.600 nomes de brasileiros com contas CC-5 na agência do Banestado em Nova York. A afirmação foi feita ontem pelo delegado da PF José Francisco de Castilho Neto na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que vem investigando a remessa ilegal de divisas por meio de contas CC-5, usadas por não-residentes no Brasil.

A maioria dos investigados, segundo o delegado, participou ativamente de episódios como o chamado caso Sudam – que envolveu desvio de recursos provenientes de incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento



Delegado José Francisco de Castilho Neto (D) fala à Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Ney Suassuna, sobre as investigações das contas

da Amazônia – e a privatização das empresas de telecomunicação, além da realização de obras superfaturadas. Ainda de acordo com o depoimento, a PF, o Ministé-

rio Público e a Receita já têm condições de divulgar nomes dos envolvidos, e o próximo passo é punir os responsáveis e repatriar o dinheiro.

Castilho estranhou que, no auge

das investigações, em maio do ano passado, a direção da Polícia Federal o tenha afastado “inexplicavelmente” do caso, ao qual só retornou em março de 2003. Ele reclamou das dificuldades para dar prosseguimento às investigações, que na atual fase se concentram na simples verificação de extratos bancários. Considerou ainda estranho que o Banco Central não tenha tomado nenhuma providência, mesmo tendo conhecimento da evasão de US\$ 30 bilhões.

O delegado disse que as investigações já duram seis anos. Mas foi no ano passado, ressaltou, que elas

se aprofundaram, já que a Justiça norte-americana autorizou autoridades brasileiras a vasculhar as contas CC-5 no Banestado. Foi aí que surgiram os nomes de 1.600 responsáveis por evasão de divisas.

Também tomou parte da audiência pública o perito do Departamento de Polícia Federal Renato Barboza. Ele informou que nada menos do que 37 mil pessoas estão sendo investigadas pela PF, com destaque para doleiros. Disse ainda que mais de 20 mil depósitos em contas de “laranjas” já foram identificados.

Barboza observou que o esquema já funciona há mais de 20 anos e está enraizado “na rede bancária, na política e nas prefeituras”. Por isso, sugeriu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assunto.

## Contas CC-5 foram autorizadas em 1969

**A**s contas CC-5 permitem que empresas com sede no exterior, firmas brasileiras e pessoas físicas transfiram dinheiro para fora do país usando o sistema bancário. São utilizadas ainda para o envio de recursos a brasileiros que vivem em outros países. Essas contas foram regulamentadas pelo Banco Central (BC) em 1969, por meio da Carta Circular nº 5, daí o nome CC-5.

Na prática, funciona do seguinte modo: uma pessoa faz o depósito, em reais, para a conta de uma agência em outro país que tem autorização

do BC para operar com a CC-5. Quando recebido o depósito, ele é transformado em dólares. Não há limite para o envio de dinheiro. A única exigência é a identificação dos valores e a de quem está remetendo e recebendo.

As contas CC-5 são bastante utilizadas em momentos de crise por empresas e pessoas físicas, que enviam recursos para o exterior para proteger seus patrimônios. Em 2002, as remessas feitas por meio da CC-5 chegaram a US\$ 9,1 bilhões, segundo o Banco Central.

## Aelton apóia Alencar no pedido de queda dos juros

O senador Aelton Freitas (PL-MG) solidarizou-se ontem com o vice-presidente da República, José Alencar, pela defesa da redução das taxas de juros. Na terça-feira, em um congresso de municípios em Belo Horizonte, conforme o senador, o vice-presidente voltou a defender a mudança da política monetária mantida pelo Banco Central.

Reivindicar e alertar o governo sobre a necessidade de diminuir as taxas de juros é, segundo Aelton, um gesto que demonstra a responsabilidade de quem entrou em um projeto disposto a alavancar nova realidade para a sociedade brasileira.

– Compartilho os mesmos sentimentos na condição de senador do PL e integrante do bloco de apoio do governo – afirmou.

Para Aelton, ao propor a redução dos juros, José Alencar nada mais faz do que um alerta, para que a política econômica não seja, no futuro, motivo do fracasso nos avanços sociais propostos desde o início do atual governo. O senador reconheceu o empenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Conforme Aelton Freitas, alertar sobre taxas de juros demonstra responsabilidade

em assegurar condições para que a economia do país volte a crescer. Mas a manutenção das taxas de juros “impede vislumbrar boas notícias para o setor produtivo, sendo insuportável para a economia”, salientou o senador.

Conforme Aelton Freitas, o povo que elegeu Lula “de forma brilhante e merecida” ainda mantém confiança absoluta no projeto do presidente. No entanto, acrescentou, se não forem criadas rapidamente as condições necessárias para o crescimento, o quadro pode e deve mudar.

## Senadores querem CPI para investigar remessas ilegais

Os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Osmar Dias (PDT-PR) pediram ontem a imediata criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar a remessa ilegal de dinheiro



Antero Paes de Barros



Osmar Dias



Ideli Salvatti

via contas CC-5. O pedido foi motivado pelo depoimento do delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto, segundo o qual “nomes expressivos da política nacional aparecem na lista de 1.600 brasileiros que têm conta CC-5 no Banestado, em Nova York”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora do requerimento que resultou na audiência, defendeu mais

agilidade nas investigações em Nova York e o aprofundamento delas pela comissão, mas não considerou necessária uma CPI. Antero discordou, afirmando que “o governo Lula não pode enterrar a ética em nome das reformas”.

Instado por Antero Paes de Barros a identificar os políticos, o delegado invocou a Constituição e a condição de funcionário público

para não declinar os nomes. Mas informou que “políticos possuem depósitos oriundos de remessa ilegal, alguns com pequenos recursos, mas que, mesmo assim, caracterizam ato ilícito e falta de decoro”.

Osmar Dias estranhou que, apesar de tantas denúncias graves, as audiências da CFC sobre remessas ilegais não estejam despertando interesse.